



**INSTRUMENTOS DE ESTIMULAÇÃO DE RESPONSABILIDADE
CORPORATIVA: GESTÃO E EDUCAÇÃO**

***INSTRUMENTOS DE ESTIMULACIÓN DE LA RESPONSABILIDAD CORPORATIVA:
GESTIÓN Y EDUCACIÓN***

***CORPORATE RESPONSIBILITY STIMULATION INSTRUMENTS: MANAGEMENT
AND EDUCATION***

Karine Yurevna BAGRATUNI¹
Vyacheslav Vasilyevich ZUBENKO²
Irina Anatolievna ZUEVA³
Alexey Sergeevich SIBIRYAEV⁴

RESUMO: A história da participação do Estado na implementação e gestão da responsabilidade social corporativa é investigada. São analisadas as principais abordagens para a regulamentação da responsabilidade social corporativa utilizadas na prática internacional. Observa-se que, na Rússia moderna, a participação do Estado no estímulo à responsabilidade social corporativa carece da abordagem sistêmica que requer o estabelecimento de metas e instrumentos de estímulo específicos. Vários instrumentos de educação e estímulo financeiro da responsabilidade social corporativa que podem ser usados na implementação de componentes individuais da responsabilidade social corporativa na prática das entidades empresariais são desenvolvidos. São apresentadas recomendações para a implementação prática do mecanismo organizacional e econômico para a gestão da responsabilidade social corporativa.

PALAVRAS-CHAVE: Estimulação de negócios. Política nacional. Mecanismo organizacional e econômico.

RESUMEN: *Se investiga la historia de la participación estatal en la implementación y gestión de la responsabilidad social empresarial. Se analizan los principales enfoques de la regulación de la responsabilidad social empresarial utilizados en la práctica internacional. Se observa que, en la Rusia moderna, la participación estatal en el estímulo de la responsabilidad social empresarial carece del enfoque sistémico que requiere el establecimiento de objetivos específicos e instrumentos de estímulo. Se desarrollan varios instrumentos de educación y estimulación financiera de la responsabilidad social empresarial que pueden utilizarse en la implementación de componentes individuales de la responsabilidad social empresarial en la práctica de las entidades comerciales. Se presentan*

¹ Universidade Financeira sob o Governo da Federação Russa, Moscou – Rússia. Professor Associado. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8077-1475>. E-mail: kbagraturi@mail.ru

² Universidade Financeira sob o Governo da Federação Russa, Moscou – Rússia. Professor Associado. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1444-3884>. E-mail: glorydent@yandex.ru

³ University Witte de Moscou, Moscou – Rússia. Professor Associado. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9125-1144>. E-mail: jzueva@muiv.ru

⁴ Universidade Financeira sob o Governo da Federação Russa, Moscou – Rússia. Professor Associado. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5833-6362>. E-mail: Gimu09@mail.ru



recomendaciones para la implementación práctica del mecanismo organizativo y económico para la gestión de la responsabilidad social empresarial.

PALABRAS CLAVE: *Estimulación empresarial. Política nacional. Mecanismo organizativo y económico.*

ABSTRACT: *The history of state participation in the implementation and management of corporate social responsibility is investigated. The main approaches to the regulation of corporate social responsibility used in international practice are analyzed. It is noted that in modern Russia, the state participation in stimulating corporate social responsibility lacks the systemic approach that requires setting specific goals and stimulation instruments. Several instruments of education and financial stimulation of corporate social responsibility that can be used in the implementation of individual components of corporate social responsibility into the business entities' practice are developed. Recommendations for the practical implementation of the organizational and economic mechanism for corporate social responsibility management are presented.*

KEYWORDS: *Business stimulation. National policy. Organizational and economic mechanism.*

Introdução

Atualmente, a Rússia está gradualmente desenvolvendo um sistema de relações entre o Estado, os negócios e a sociedade no qual o instituto da responsabilidade social corporativa (CSR) desempenha um papel cada vez mais importante (SEKERIN; DUDIN; GOROKHOVA; BANK; BANK, 2019). A base dos princípios de CSR é formada por duas direções primárias – benefícios para a comunidade e benefícios para os negócios. Ao atuar de acordo com essas abordagens, as organizações demonstram o interesse das empresas na vida da sociedade e contribuem para o seu desenvolvimento estável (GOLDENOVA; STEFANOVA, 2013). Contribuindo diariamente para o desenvolvimento da sociedade e dos padrões e normas sociais e interagindo com os princípios da CSR, as empresas melhoram a eficácia dos seus negócios; aquelas que são socialmente orientadas geralmente exercem liderança em seu setor (BOGOMOLOVA; USTYUZHANTSEVA, 2020; BONDARENKO, 2020).

A realização da CSR também resulta em uma série de efeitos externos positivos para a sociedade. As chamadas externalidades positivas incluem: 1) o pagamento pontual de impostos e contribuições previdenciárias; 2) redução dos gastos com saúde; 3) proteção ambiental; 4) minimização da tensão social; 5) superação de externalidades negativas; 6)



melhoria geral do bem-estar público (BELIAEVA; ESKINDAROV, 2008; DUYUNOV; ZAKOMOLDIN, 2020). Portanto, o estado tem interesse no desenvolvimento da instituição indicada, e regular e estimular as empresas a implementar projetos e programas socialmente importantes faz parte da política empresarial estadual. Por conseguinte, a concepção de CSR regula os conflitos de interesse entre sociedade e empresa e fica evidente, assim, a necessidade da participação do Estado em sua implementação.

A atual situação macroeconômica exacerbada em 2020 pela pandemia de coronavírus continua altamente desafiadora. Segundo o Ministério das Finanças, o déficit do orçamento federal da Federação Russa causado principalmente pela participação do estado na eliminação das consequências da pandemia de COVID-19 em 2020 será de 4,72 trilhões de rublos, ou 4,4% do produto interno bruto (TASS, 2020). Há um problema objetivo de financiamento da esfera social em plena capacidade que exige uma interação com o empreendedorismo para redistribuir o ônus financeiro no campo da seguridade social.

Os métodos de influência do Estado na realização dos princípios de CSR variam e podem incluir tanto a notificação ao público sobre a importância e o papel da CSR no desenvolvimento do país quanto o apoio e incentivo financeiro à implementação voluntária de programas sociais. Destarte, é compreensível o interesse em estudos científicos que analisem os diversos métodos de estímulo estatal à participação das empresas na realização de programas e projetos sociais como parte da CSR.

Os problemas do estímulo estatal ao comportamento empresarial socialmente responsável são abordados por muitos estudos científicos. Uma série de trabalhos aborda as formas de influência do Estado na participação das empresas em programas socialmente importantes, estimulando-as a financiá-las parcial ou totalmente. Diferentes aspectos desse estímulo são estudados nos trabalhos de Lesnykh (2017), Riabova (2016), Tsygvintseva (2017) e Iudina e Tsovma (2020). No entanto, nenhum dos artigos examinados apresenta pesquisas abrangentes sobre métodos financeiros de estímulo à CSR. No presente artigo, procuramos preencher esta lacuna, caracterizar as medidas de estímulo financeiro praticadas, propor opções próprias de estímulo financeiro e desenvolver as recomendações necessárias para o aprimoramento da legislação vigente.

A hipótese do estudo. A redução global da carga tributária apresenta uma das condições para melhorar a eficácia dos mecanismos financeiros de estímulo à CSR.

Materiais e métodos

O principal método do presente estudo é o da cognição dialética da realidade acompanhado dos métodos de generalização teórica, análise comparativa, análise e síntese e dedução. A necessidade de consolidação normativa dos métodos de estimulação da CSR é fundamentada pelo método lógico. A análise comparativa permite estudar as abordagens internacionais de estimulação da CSR utilizadas na prática mundial. A base de informações para a confirmação da hipótese do estudo é apresentada pelas normas legais vigentes que regulam as relações no campo da CSR, estudos científicos sobre seus problemas e dados estatísticos sobre financiamento de projetos sociais por empresas russas e estrangeiras disponíveis abertamente em recursos da Internet.

Resultados

A formação de CSR na Rússia pode ser dividida em quatro estágios:

A Rússia pré-revolucionária demonstrou uma forma primária de CSR característica de todos os países daquele período: a caridade de natureza primordialmente pessoal. O estado não estabeleceu requisitos para as empresas em relação à responsabilidade social e a sociedade civil ainda não estava formada e não conseguia transmitir suas necessidades às empresas (TARANOVA, 2020).

Na segunda etapa que ocorreu no período soviético, o Estado transferiu à força suas funções sociais para empresas que as desempenhavam de maneira planejada (o que pode ser ilustrado pelas cidades combinadas).

A terceira etapa ocorreu no início do período pós-soviético (1991-2000), quando a CSR foi mais uma vez reduzida à caridade, de natureza aleatória e determinada principalmente pelos interesses pessoais dos líderes da empresa. Os pagamentos foram feitos de caixas registradoras pretas e os filantropos preferiram permanecer incógnitos para evitar problemas com as autoridades reguladoras.

Ao mesmo tempo, a orientação empresarial sobre as necessidades sociais do Estado (voluntária ou compulsória – extorsão de caridade) e o clientelismo sobre as instituições sociais do Estado (especialmente das empresas formadoras de cidades) continuaram a existir na Rússia. De 70 a 90% do orçamento alocado pelas empresas para programas sociais foi gasto em benefícios sociais para funcionários e o restante foi gasto em contribuições para



programas sociais iniciados pelo estado ou em projetos de patrocínio espontaneamente emergentes (BADYKOVA, 2020).

Assim, as tradições pré-revolucionárias da caridade russa foram completamente perdidas durante o período soviético e as primeiras décadas após o colapso da URSS no espaço pós-soviético foram caracterizadas por processos negativos no contexto dos quais atos que assumiram a forma de caridade, muitas vezes, serviram como fraude e engano, ou lavagem de dinheiro. Pesquisando tais esquemas, Sharifov estuda a atividade social das empresas que substituem a essência do instituto da parceria social pelo instituto da caridade corporativa para criar uma imagem positiva para o poder público e para potenciais investidores. Como resultado, não é o programa de responsabilidade social que se realiza, mas sim o programa de caridade corporativa que implica que os recursos e as finanças sejam devolvidos às empresas por meio de diversos esquemas (SHARIFOV, 2008).

Nas condições modernas (a quarta etapa), o principal instrumento da influência do Estado na responsabilidade social das empresas é a abordagem programática direcionada que envolve o desenvolvimento de objetivos comuns, o estabelecimento de prioridades, o desenvolvimento de programas e a consolidação de recursos para resolver os problemas sociais e econômicos relevantes para uma determinada área. A implementação da abordagem do programa direcionado na interação entre o Estado e as empresas em relação à CSR deve ser baseada nos seguintes princípios: 1) participação voluntária das empresas na resolução dos problemas sociais da região de sua localização; 2) autoridades criando um clima favorável à condução de negócios socialmente responsáveis em diferentes níveis territoriais; 3) estímulo e apoio financeiro e organizacional de iniciativas de relevância social por parte do governo local; 4) articulação dos programas de negócios sociais com as prioridades da política social e econômica estadual. A implementação desses princípios oferece às empresas e autoridades oportunidades adicionais e, em última análise, garante o desenvolvimento do capital humano e social, maior segurança ambiental, maior atratividade do investimento de empresas e de indústrias, desenvolvimento do potencial de exportação, aumento da competitividade e várias outras oportunidades (LESNYKH, 2017).

Embora haja uma tendência para mudanças positivas nesta área, alguns problemas permanecem, tanto os já mencionados, como uma série de outras questões, incluindo a baixa atividade das pessoas físicas e os altos impostos pagos tanto pelo benfeitor quanto pelo beneficiário. O aumento da tributação leva as empresas, consciente ou inconscientemente, a tentar fugir da lei. O empresariado não cessa suas tentativas de alterar os regulamentos legais





para dar conta de seus interesses tanto quanto possível, mesmo que não seja consistente com os objetivos da política social do Estado e os interesses dos trabalhadores. A realidade da Rússia é caracterizada pelo fato de que garantir os interesses da sociedade exige não apenas o cumprimento da lei, mas também a abstenção de abuso de direitos e o uso das lacunas e deficiências da lei em interesse exclusivamente pessoal (NURTDINOVA, 2015). Impostos excessivos reduzem a renda dos empresários e a atividade social do negócio. Além disso, os empresários temem que parte dos recursos não chegue aos consumidores sociais, uma vez que as empresas não podem controlar o uso dos recursos que o Estado os obriga a destinar. As empresas estão interessadas na transparência de suas contribuições sociais e na capacidade de designar a área em que suas contribuições sociais serão gastas (RIABOVA, 2016). Para resolver a contradição entre os interesses dos empresários e os interesses públicos do Estado, é necessário alcançar um equilíbrio que ajude a aproximar-se dos ideais do Estado de bem-estar social. É necessário destacar que o interesse público não inclui nenhum interesse estatal mesmo que esteja refletido em lei, mas apenas aqueles que representam as necessidades da sociedade. Para os empreendedores, a CSR também apresenta uma direção pragmática que melhora a qualidade da gestão empresarial, pois garante aumento da produtividade da equipe, melhores candidatos a emprego, redução de custos operacionais e melhores vendas e fidelização do consumidor (RIABOVA, 2016). Por sua vez, os resultados acima mencionados resultam na melhoria do desempenho financeiro da empresa. Portanto, a prática de incentivos fiscais para empreendedores que investem em programas voluntários é bastante justificada.

Além das exigências da legislação federal, os incentivos a tais contribuições utilizados na prática incluem as oportunidades de *acesso a financiamentos concessionais do Estado*. O Estado também toma medidas para garantir a capacidade das empresas de transferir suas despesas sociais para os funcionários – para os consumidores, ou seja, a sociedade como um todo. Essa medida é assegurada pelas oportunidades para empresas e organizações reduzirem a base tributável do imposto de renda (ou seja, aumentar o custo de produtos, obras e serviços) pelo volume de suas próprias despesas na esfera social – seguros pessoais (previdência, médicos, acidentes) dos funcionários. Essas oportunidades estão incluídas no artigo 264 do Código Tributário Russo (RUSSIA, 2000). Além disso, a redução da matéria coletável do imposto sobre o rendimento é permitida para a totalidade das despesas com o seguro social obrigatório e uma parte (12% do fundo de pensões e 6% do fundo de seguro de saúde) dos custos do seguro voluntário. Sendo assim, a prática existente do estímulo estatal



aos negócios para o desenvolvimento de programas sociais corporativos permite transferir grande parte de suas despesas corporativas para toda a sociedade (SMIRNOVA, 2018).

Outra forma de estímulo financeiro das empresas para a atividade social são os incentivos fiscais e incentivos às despesas de seguro obrigatório para empresas em que os trabalhadores com deficiência compõem pelo menos metade do quadro de funcionários (KRICHEVSKII, 2012). Os instrumentos de estímulo financeiro acima mencionados são atualmente os mais populares; no entanto, os instrumentos financeiros que o Estado pode utilizar para estimular a participação das empresas na CSR não se limitam a eles.

Outro instrumento financeiro que pode ser proposto é a forma de interação do Estado, bancos e entidades empresariais em que uma empresa pode solicitar um empréstimo em condições favoráveis após o efetivo cumprimento da responsabilidade estatal corporativa. A peculiaridade desta medida pode ser descrita a seguir. Por exemplo, uma empresa precisa de um grande empréstimo para expansão de negócios em condições favoráveis. Quando essa necessidade é identificada, uma empresa que não possui capital livre suficiente para expandir o negócio participa do programa de CSR. Por meio de um elo de comunicação presente entre o ator de CSR e o estado, o ator indicado que representa os interesses da empresa se candidata ao estado para receber apoio para um grande empréstimo em condições favoráveis (PLOTNIKOV, 2017).

O Estado que apresenta o maior acionista de bancos como Sberbank e VTB pode influenciar a emissão de um empréstimo à empresa em condições favoráveis diretamente por meio de seus representantes no conselho de administração desses bancos. A implementação deste modelo de regulação financeira satisfaz os interesses de todas as partes envolvidas. A empresa recebe um empréstimo em condições preferenciais, um programa social que resolve parte dos problemas sociais do estado está sendo implementado e o banco recebe um grande cliente.

Outro instrumento de estímulo financeiro que pode ser proposto é o cofinanciamento de programas sociais. Se os recursos necessários estiverem disponíveis, o estado, em colaboração com as empresas, pode canalizar recursos para apoiar iniciativas voluntárias para maximizar seu impacto. Este método permite atrair empresas menores e menos ricas que não possuem fundos para organizar e implementar de forma independente programas sociais para participar da CSR.

Discussão

A análise do modelo americano de CSR demonstrou que a influência do Estado no desenvolvimento da caridade nos EUA é realizada principalmente por meio de métodos financeiros envolvendo benefícios de imposto de renda. O total da contribuição beneficente é simplesmente deduzido do lucro tributável (PORTER, 2008). No entanto, Plotnikov (2017) acredita que a introdução dessa prática na realidade russa pode levar ao aumento da evasão fiscal por meio de modelos artificiais de caridade e, portanto, a introdução da prática americana na economia russa é inaceitável.

No que diz respeito à legislação de CSR na Grã-Bretanha, é importante mencionar a nova lei Companies Act de 2006, que introduziu relatórios regulares – análises de negócios exigindo que as empresas divulgassem informações gerais sobre questões ambientais, política de relações com funcionários e interação com a comunidade local. A lei entrou em vigor em 1º de outubro de 2008. Embora em menor grau do que na França e na Dinamarca, esta lei também consolida relatórios não financeiros de forma geral. Quase ao mesmo tempo, o parlamento adotou incentivos fiscais para investimentos na esfera social. A isenção fiscal de investimento comunitário (CITR) (REINO UNIDO, 2012) incentiva o investimento privado por meio de instituições financeiras de desenvolvimento comunitário (CDFIs) para instituições sem fins lucrativos e lucrativas localizadas em regiões desfavorecidas e com dificuldades financeiras. Sob certas condições, o CITR é destinado tanto a pessoas físicas quanto jurídicas, pois propõe investimentos por meio de empréstimos-compras de títulos ou participações em instituições credenciadas pelo CDFI. Os benefícios dependem da quantidade de fundos investidos e reduzem o imposto de renda do investidor e as obrigações fiscais das empresas.

A redução de impostos chega a até 25% dos recursos investidos (PARKER, 2014). Além do CITR, o governo oferece incentivos fiscais para incentivar o apoio corporativo com finanças, equipamentos e outras assistências materiais a voluntários e comunidades locais, incluindo transferência de fundos para fundos salariais e distribuição de presentes. A legislação ativa no campo da CSR é mais característica da França do que da Grã-Bretanha. A lei de 2001 “On New Economic Regulations” também chama nossa atenção como a primeira lei das Nações Unidas na esfera da gestão corporativa que define relatórios não financeiros corporativos obrigatórios e detalhados.

Os métodos comuns característicos da Grã-Bretanha, França e vários outros países incluem a inclusão da CSR no sistema de compras públicas e o estímulo ao investimento

socialmente responsável. Mais adiante, vamos ilustrá-los com o exemplo da França. A responsabilidade social corporativa foi introduzida como critério de contratação pública no país em março de 2007, quando o governo adotou um documento (TSENTR GUMANITARNYKH TEKHNOLGIY, 2019) regulamentando as atividades e ampliando os poderes das organizações estatais que adquirem bens e serviços. Embora essas organizações não possam interferir nos assuntos da empresa, elas ainda podem influenciá-las por meio de exigências sociais e ecológicas. Por exemplo, as condições para a celebração de um contrato podem incluir a exigência de contratar um certo número de especialistas que estão desempregados ou sem demanda no mercado de trabalho. No que se refere ao estímulo ao investimento socialmente responsável, é necessário observar que, para acelerar sua implementação por parte de bancos, seguradoras e gestores de fundos, o governo francês adotou uma lei que organiza o trabalho do Fundo de Reserva de Pensões para atender aos prementes problemas sociais, ambientais e éticos questões em consideração. Como resultado, em 2003-2005, o volume de investimento socialmente responsável na França cresceu de € 3,5 bilhões para € 8,8 bilhões (BRODHAG; TALIRE, 2006). Os exemplos da França e da Grã-Bretanha demonstram as oportunidades para o desenvolvimento bem-sucedido da CSR. No entanto, os esforços pan-europeus e nacionais para o desenvolvimento da CSR também devem ser qualificados como uma pressão séria sobre o negócio. Nestas condições, a genuína voluntariedade da CSR certamente não é o caso.

Logo, a análise comparativa da prática de CSR nas empresas europeias e russas levamos a concluir que na Rússia, as normas institucionais de CSR e os mecanismos de parceria social ainda não se formaram e a integração das questões de CSR e desenvolvimento sustentável na esfera da política pública não ocorreu como nas Nações Unidas. A responsabilidade social das empresas russas é caracterizada por um papel cada vez maior do fator político. A disseminação da CSR na Rússia está mais associada à pressão do estado e das autoridades locais do que da sociedade. É o estado representado pelo presidente da Federação Russa que definiu a responsabilidade social das empresas como o principal princípio de interação entre o estado, as empresas e a sociedade. Além do fato de que os atores das empresas socialmente responsáveis na Rússia são principalmente empresas maiores, a implementação prática da CSR normalmente toma a forma de investimentos sociais. Como resultado, o conceito de responsabilidade social das empresas está se tornando mais estreito.

Considerações finais

O estudo dos modelos de CSR presentes na prática global demonstra que a participação das empresas na vida da sociedade pode ser estritamente regulada pelo Estado ou realizada de forma independente, influenciada por incentivos e benefícios especialmente criados. No segundo caso, sob pressão de iniciativas civis, o Estado cria mecanismos efetivos de estímulo às empresas para contribuir com o desenvolvimento da sociedade, inclusive financeira. Assim, forma-se uma estrutura de gestão social que funcione bem. No geral, o estudo realizado demonstra que há uma série de fatores que inibem a formação da CSR na Rússia, incluindo a falta de um sistema de estímulo estatal e a consolidação normativa pouco clara de seus mecanismos, incluindo os financeiros que, como mostra a prática, são altamente diversos. Assim, no atual estágio de desenvolvimento da concepção de CSR na Rússia, o papel do instituto do poder consiste em criar incentivos para que as empresas façam contribuições voluntárias mais efetivas nas esferas social, ambiental e econômica. O principal e mais eficaz estímulo se apresenta pela redução da carga tributária para as empresas e pela concessão de incentivos fiscais para as empresas individuais que praticam a CSR. Portanto, a hipótese do estudo foi confirmada. O estudo apresentado pode ser continuado por uma análise de métodos não financeiros de estimulação da CSR.

REFERÊNCIAS

BADYKOVA, I. R. Tendentsii razvitiia korporativnoi sotsialnoi otvetstvennosti v Rossii [Corporate social responsibility development trends in Russia]. **International Journal of Management Theory and Practice**, v. 5, p. 65-74, 2020.

BELIAEVA, I. I.; ESKINDAROV, M. A. **Korporativnaia sotsialnaia otvetstvennost**. Moscow: KnoRus, 2008.

BOGOMOLOVA, L.; USTYUZHANTSEVA, A. Issues of ensuring the economic security of the northern regions of Russia. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, Maracaibo, v. 25, n. esp. 5, p. 51-62, 2020.

BONDARENKO, T. G. Comparative analysis of implementation targets of national projects in developed countries managing socio-economic indicators in Russia. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, Maracaibo, v. 25, n. esp. 5, p. 370-378, 2020.

BRODHAG, C.; TALIRE, S. National sustainable development strategies: experience of France. **Natural Resources Forum**, v. 30, n. 2, p. 136-145, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1477-8947.2006.00166.x>

DUYUNOV, V. K.; ZAKOMOLDIN, R. V. Phenomenon of positive liability: critical analysis. **Revista Inclusiones**, Temuco, v. 7, n. Esp., p. 443-456, 2020.

GOLDENOVA, V. S.; STEFANOVA, E. B. Nekotorye osobennosti vzaimodeistviia gosudarstva i biznesa v realizatsii sotsialnoi otvetstvennosti: Regionalnyi aspekt [Some specifics of interaction between the state and business in the realization of social responsibility: Regional aspect]. **Modern Problems of Science and Education**, v. 1, p. 309, 2013.

IUDINA, S. V.; TSOVMA, D. V. Strategic decisions concerning subsidiaries and affiliates in a group of companies: computational analytical tools. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, Maracaibo, v. 25, n. esp. 5, p. 63-76, 2020.

KRICHEVSKII, N. A. O nekotorykh merakh nalogovoi podderzhki korporativnoi sotsialnoi otvetstvennosti [On some measures of tax support for corporate social responsibility]. **Rossiiskoe Predprinimatelstvo**, v. 2, n. 100, p. 52-56, 2012.

LESNYKH, E. V. Rol gosudarstva v razvitii korporativnoi sotsialnoi otvetstvennosti [Role of the state in the development of corporate social responsibility]. *In: INTERNATIONAL EXTRAMURAL SCIENTIFIC AND PRACTICAL CONFERENCE “SOVREMENNYE TENDENTSII RAZVITIIA ROSSII: PUT K EFFEKTIVNOSTI”*, 9., 2017, Lipetsk. **Proceedings** [...]. Yelets: Yelets State University named after I.A. Bunin, 2017. p. 50-55.

NURTDINOVA, A. F. Sotsialnaia otvetstvennost biznesa: pravovye aspekty ekonomicheskoi kontseptsii [Social responsibility of business: legal aspects of the economic conception]. **Journal of Russian Law**, Saint Petersburg, v. 1, p. 30-46, 2015.

PARKER, L. D. Corporate social accountability through action: contemporary insights from British industrial pioneers. **Accounting, Organizations and Society**, Toronto, v. 39, n. 8, p. 632-659, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.aos.2014.10.001>

PLOTNIKOV, A. V. Konceptii realizacii korporativnoj social'noj otvetstvennosti [Corporate social responsibility realization concepts]. **Vestnik Belgorodskogo Universiteta Kooperacii, Èkonomiki i Prava [Bulletin of the Belgorod University of Cooperation, Economics and Law]**, Belgorod, n. 5 (66), p. 82-97, 2017. DOI: <https://doi.org/10.21295/2223-5639-2017-5-82-97>

PORTER, M. E. Strategy and society: corporate social responsibility and the competitive advantage. Liverpool Summit – Transforming Technology, Liverpool, UK, October 1, 2008, p. 26.

RIABOVA, E. V. Vliianie nalogooblozheniia na formirovanie korporativnoi sotsialnoi otvetstvennosti [Taxation effect on the formation of corporate social responsibility]. *In: INTERREGIONAL SCIENTIFIC-PRACTICAL CONFERENCE “RAZVITIE PREDPRINIMATELSTVA I PREDPRINIMATELSKOGO PRAVA V ROSSII V SOVREMENNYKH USLOVIIAKH*, 2016, Volgograd. **Proceedings** [...]. Moscow: Moscow University of Finance and Law MFLA, 2017. p. 11-14.

RUSSIA. Tax Code of the Russian Federation Part Two of August 5, 2000 no. 117-FZ. Sobranie Zakonodatel'stva Rossiiskoi Federatsii [SZ RF] [Collection of Legislation of the RF] 07.08.2000, no. 32, Item 3340.

SEKERIN, V.; DUDIN, M.; GOROKHOVA, A.; BANK, S.; BANK, O. Mineral resources and national economic security: current features. **Mining of Mineral Deposits**, Dnipro, v. 13, n. 1, p. 72-79, 2019. DOI: <https://doi.org/10.33271/mining13.01.072>

SHARIFOV, R. V. Razvitie instituta sotsialnogo partnerstva v rossiiskikh transnatsionalnykh korporatsiakh [Development of the social partnership institute in Russian transnational corporations]. Dissertation (Ph.D. in Economics) – Volgograd State University, Volgograd, Russia, 2008.

SMIRNOVA, E. E. Instrumenty nalogovogo stimulirovaniia korporativnoi sotsialnoi otvetstvennosti organizatsii [Instruments for tax incentives for organizations' corporate social responsibility]. **Finansovyi Vestnik: Finansy, Nalogi, Strakhovanie, Bukhgalterskii Uchet**, v. 9, p. 40-45, 2018.

TARANOVA, A. V. Istoricheskie aspekty razvitiia korporativnoi sotsialnoi otvetstvennosti [Historical aspects of the corporate social responsibility development]. *In: INTERNATIONAL SCIENTIFIC AND TECHNICAL CONFERENCE OF STUDENTS, GRADUATE STUDENTS, AND YOUNG SCIENTIST "ECONOMIC AND SOCIAL ASPECTS OF ENERGY DEVELOPMENT, 15., 2020, Ivanovo. Proceedings [...].* Ivanovo: Ivanovo State Power Engineering University named after V.I. Lenin, 2020. p. 50.

TASS. Defitsit federalnogo biudzheta Rossii v 2021 godu sostavit 2.75 trln rub [Russia's federal budget deficit in 2021 will reach 2.75 trillion rubles]. **TASS**, 2020. Disponível em: <https://tass.ru/ekonomika/9476029>. Acesso em 19 jan. 2021.

UNITED KINGDOM. Community Investment Tax Relief. December 7, 2012. Available in: <https://www.gov.uk/government/publications/community-investment-tax-relief-citr>. Acesso em 19 jan. 2021.

TSENTR GUMANITARNYKH TEKHNOLOGIY. Vliianie institutov vlasti na razvitie korporativnoi sotsialnoi otvetstvennosti v Rossii i Evropeiskom soiuze [Government institutions' influence on the development of corporate social responsibility in Russia and the European Union]. **Biznes i Obshество [Business and Society]**, 2019. Disponível em: <https://www.b-soc.ru/pppublikacii/vliyanie-institutov-vlasti-na-razvitie-korporativnoj-sotsialnoj-otvetstvennosti-v-rossii-i-evropejskom-soyuze/>. Acesso em 20 jan. 2022.

TSYGVINTSEVA, E. P.; NIM, E. E. Vliianie gosudarstva na realizatsiiu printsipov korporativnoi sotsialnoi otvetstvennosti [Influence of the state to the implementation of the principles of corporate social responsibility]. **Sinergiia Nauk [Synergy of Sciences]**, n. 13, p. 686-691, 2017.



Como referenciar este artigo

BAGRATUNI, K. Y.; ZUBENKO, V. V.; ZUEVA, I. A.; SIBIRYAEV, A. S. Instrumentos de estimulação de responsabilidade corporativa: Gestão e educação. **Nuances Est. Sobre Educ.**, Presidente Prudente, v. 32, e021022, jan./dez. 2021. e-ISSN: 2236-0441. DOI: <https://doi.org/10.32930/nuances.v32i00.9210>

Submetido em: 15/09/2021

Revisões requeridas em: 17/10/2021

Aprovado em: 14/11/2021

Publicado em: 28/12/2021

